Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2
Título: Governo corta em 50% exigência de conteúdo local 2
Título: Choque persistente 3
Título: Ternium ganha fôlego na disputa da Usiminas 5
Título: O benefício do ajuste 7
Título: PDG entra com pedido de recuperação judicial 9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo 10
Título: Conteúdo local para petróleo sofre queda de 50% 10
Título: Energia solar desce do telhado 11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 13
Título: Governo reduz em 50% exigência de conteúdo local 13
Título: Notas 15
Título: Afetada, Braskem tem prejuízo 15
Título: Petrobrás pode retomar venda de Suape 16
Título: Sócios afastam Dantas do bloco de controle da Vale 17
VEÍCULO: Valor Econômico 18
Título: Conteúdo local não terá mais pedido de 'waiver' 18
Título: Indústria deve tentar mudanças para licitação de 2018 20
Título: ANP prepara lista com sugestão de áreas do pré-sal 21
Título: Limonada inovadora 22
Título: Destaques 23
Título: Celesc vai instalar painéis solares em mil residências 24
Título: CPFL Brasil prevê crescimento de 50% em volume este ano 26
Título: Braskem tem prejuízo de R$ 2,6 bilhões 27
Título: Compra da CSA foi um bom negócio para a Ternium 29
Título: Quase 80% da geração eólica vêm da região 31

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello, Eduardo Barretto e Bruno Rosa

Título: Governo corta em 50% exigência de conteúdo local

Novas regras já valem para 14^ Rodada. Multas serão reduzidas

O governo cortou em 50% a exigência de conteúdo local dos maiores campos de petróleo a serem leiloados a partir deste ano e criou uma regra mais simples, para evitar um acúmulo de multas — que também foram reduzidas — e disputas judiciais. Representantes da indústria criticaram a decisão do governo. Essas medidas já serão usadas na 14^ Rodada de Licitações, em setembro, e na terceira do pré-sal, em novembro.

— Melhor do que um percentual alto inexequível é um percentual baixo onde todos possam atingir esse número — disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho, após reunião ontem no Palácio do Planalto com integrantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Casa Civil.

Na batalha entre petroleiras e fornecedores pela definição de segmentos para exigência de conteúdo local, prevaleceu uma posição intermediária. O total de segmentos com percentuais de exigências caiu de quase 70 para seis, sendo que quatro em áreas marítimas e apenas dois em áreas terrestres. Essa regra, com ajustes, deve ser mantida para todos os leilões para além de 2017, dando uma maior previsibilidade para as operadoras se prepararem para o futuro.

Os percentuais serão de 50% para as fases de exploração e produção em campos em terra. Nos campos em mar, a exigência avança conforme a atuação da petroleira, saindo de 18% na fase de exploração, passando a 25% para a construção de poços e o mesmo percentual para as Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) e 40% para os sistemas de coletas e escoamento.

O PROGRAMA PARA INDUSTRIA

O governo reduziu as multas por não cumprimento das regras de conteúdo local, passando de um intervalo de 60% a 100% do valor previsto que não foi alcançado pelas petroleiras para um intervalo de 40% a 75%. Coelho explicou que a fiscalização do cumprimento desses percentuais ficará mais fácil, uma vez que haverá simplificação de regras. O governo, porém, não mexeu num passivo entre R$ 60 bilhões e R$ 80 bilhões em multas já aplicadas ou judicializadas.

O governo espera que, com essa redução, não existam mais pedidos de revisão de obrigações pelas operadoras junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP). E a previsão é que a judicialização desse tema seja exceção. Segundo as operadoras, apenas um campo em produção atualmente cumpre os requisitos de conteúdo local integralmente. — O governo entendeu que melhor que a disputa judicial é um percentual de conteúdo local mais realista — disse o ministro.

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, destacou que o governo criará um programa de incentivo à qualificação e ao desenvolvimento de fornecedores pelas operadoras e vai promover uma repartição maior de recursos disponíveis em programas de pesquisa e desenvolvimento (1% do faturamento bruto das operadoras). A nova redistribuição passará a incluir os fornecedores, entre outros.

A discussão de ontem entre os ministros e secretários previu que as futuras multas tenham como destino um fundo para o fomento dos fornecedores do setor, chamado de Compet Óleo e Gás.

Para José Ricardo Roriz, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e porta-voz do Movimento Produz Brasil, que reúne entidades da indústria e trabalhadores, segmentos como aço, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos e estaleiros serão prejudicados. — A sinalização é que as petroleiras vão poder comprar os equipamentos aqui ou no exterior. A mudança atendeu apenas aos interesses dos produtores de petróleo. Não será bom para o país — disse Roriz.

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, criticou a criação de uma única cota para serviços e equipamentos:— Em exploração de águas profundas, o novo conteúdo local será de 18%, e isso será atendido somente com serviços.

Do outro lado, o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) disse em nota que as regras "representam uma importante simplificação e adequação à capacidade de fornecimento da indústria nacional e vão colaborar para destravar investimentos, gerar empregos e estimular maior competição na 14? rodada"

Para o executivo de uma petroleira, que não quis se identificar, a regra estimulará o desenvolvimento do setor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Choque persistente

A conta da eletricidade criada pela política da ex-presidente Dilma conseguiu a façanha de ser um passivo que precisa ser pago várias vezes. A mesma conta persegue o consumidor ano após ano. O erro daquela redução artificial das tarifas decretada em 2012 provocou o tarifaço, despesas para o Tesouro, crise econômica e reaparece como passivo das empresas de transmissão de energia.

O custo agora será de R$ 62 bilhões, mas em 2015 o país já pagou a mesma conta da desastrada intervenção nos preços de energia feita pela ex-presidente através do enorme reajuste das tarifas que ficou na média em 51%, mas chegou, em algumas cidades, aos níveis de 70%.

A conta de energia elétrica dos consumidores residenciais, hoje, é 33% mais cara do que antes de a presidente Dilma intervir no setor em 2012. Isso, levando-se em consideração a queda de 10% no ano passado, fruto da recessão econômica, que fez despencar o consumo, permitindo a revisão das bandeiras.

A MP 579 ficará para a história como o exemplo perfeito do que não fazer. O primeiro erro foi misturar política com decisões econômicas e baixar preços para usar como moeda eleitoral. Dilma gravou o comunicado ao país sobre a queda dos preços tendo ao seu lado o marqueteiro João Santana. Não era ano eleitoral, mas o plano era preparar uma peça publicitária.

Outro erro foi tomar a decisão de reduzir as tarifas sem olhar a situação do setor, e as previsões hidrológicas. O país estava entrando num período de estiagem, os preços dispararam, as empresas estavam expostas ao mercado livre, e literalmente quebraram. Para reequilibrar financeiramente as distribuidoras, o governo liberou socorro do Tesouro e depois determinou que elas se endividassem no mercado bancário tendo como garantia o compromisso da agência reguladora de que o custo daquela dívida seria repassado às contas. E foi o que aconteceu em 2015, quando o preço disparou. A crise havia chegado em um ponto tal que, se as tarifas não fossem corrigidas, as empresas de distribuição iriam à bancarrota.

Depois foi a vez de as geradoras quererem também se ressarcir dos prejuízos da 579 e agora chegou a hora de pagar as perdas das empresas de transmissão. Esses R$ 62 bilhões que serão,

de novo, tirados dos consumidores são, portanto, a terceira vez que esse fantasma reaparece no orçamento do brasileiro. Desse total, R$ 35 bilhões são o custo de ter adiado a solução. As indenizações às empresas deveriam ter começado em 2013, mas foram postergadas pela ex-presidente. A cobrança desse valor na conta de luz será dividida em oito anos. Em 2017 serão R$ 10,8 bilhões, mas outras parcelas desse valor serão cobradas nos anos seguintes. Isso

quer dizer que um erro cometido em 2012 permanecerá pesando sobre o país até 2025.

A conta foi paga também indiretamente e de várias outras formas. A inflação subiu e espalhou custos para toda a economia. A disparada dos preços acabou fazendo parte da tempestade perfeita que jogou o PIB brasileiro no buraco do qual ainda não saiu. Os juros tiveram que ser elevados, aumentando o custo da dívida pública. O setor deixou de investir por longo tempo porque muitas empresas estavam com graves desequilíbrios financeiros.

Segundo o diretor-técnico da consultoria PSR, Bernardo Bezerra, há risco de aparecerem mais dois esqueletos. As geradoras dizem que querem receber por ativos não depreciados, e as distribuidoras apresentaram mais uma conta. Dizem que o consumo caiu, por causa da crise e dos erros da MP 579, e isso as deixou sobre contratadas, o que no jargão elétrico quer dizer que fizeram contratos para entregar mais energia do que foi consumida. O país corre outro risco que é essa MP virar agora a desculpa para todo o tipo de desequilíbrio. Até aqui, a conta das empresas era real. O perigo é virar desculpa.

Tentando fazer um contrafactual: o que teria acontecido no país se em vez de João Santana ao seu lado, com a sua suposta esperteza — a mesma que o levou à prisão — ela tivesse um bom especialista em energia? Ele poderia ter dito que ela não fizesse o que fez. Se assim fosse, provavelmente, muito da atual crise teria sido evitado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Ternium ganha fôlego na disputa da Usiminas

Com compra da CSA, grupo ítalo-argentino passa a ser o quinto maior no país

Com a compra da CSA pela Ternium, o grupo ítalo-argentino fortalece sua presença no Brasil e ganha musculatura na disputa com a japonesa Nippon Steel pelo comando da Usiminas. A principal divergência dos sócios é o modelo de gestão. Hoje, a participação da Ternium na produção de aço no país se resume à fatia de 19,8% do capital votante da siderúrgica mineira. Com a aquisição da CSA, ela passa a figurar entre os cinco maiores grupos do setor no país, considerando a produção bruta de aço.

Segundo dados do Instituto Aço Brasil, a CSA produziu 4,2 milhões de toneladas de aço em 2015, praticamente empatada com a CSN. À frente no ranking estão o grupo ArcellorMittal, a Gerdau e a própria Usiminas. Como CSA e Usiminas não

são concorrentes diretas, avalia-se que a Ternium não vá enfrentar obstáculos para concretizar a operação, prevista para ser concluída no terceiro trimestre deste ano.

“Não vemos (os órgãos antitruste em Brasil, Estados Unidos e Alemanha) como uma preocupação, dado que a indústria de aços planos é consideravelmente fragmentada nesses países”, escreveu em relatório o analista Marcos Assumpção, do Itaú BBA. A CSA produz apenas placas de aço, produto semiacabado usado na fabricação de produtos siderúrgicos, e exporta a maior parte da produção. A Usiminas também produz placas, mas o foco da empresa são aços planos, muito usados no setor automotivo e de linha branca.

Com o fechamento dos altos-fornos da unidade de Cubatão, na Baixada Santista (SP), entre 2015 e 2016, a Usiminas passou a comprar placas da CSA para abastecer a laminadora no complexo paulista, uma “logística eficiente e conveniente”, nas palavras do presidente global da Ternium, Daniel Novegil. A sinergia era algo levado em conta quando as discussões com a Nippon caminhavam para uma cisão dos ativos da Usiminas. Paolo Bassetti, presidente da Ternium no Brasil, diz, porém, que os planos da cisão foram abandonados e que a Ternium está disposta a voltar ao comando da siderúrgica:

— A proposta de split (separação) ficou no passado. O que queremos é que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais resolva o problema da Usiminas. O problema da Usiminas é de gestão.

MENOR DEPENDÊNCIA

Em outubro, a Justiça mineira anulou a eleição do então presidente da Usiminas Sérgio Leite, a pedido da Nippon. Os dois sócios travam uma briga dentro e fora dos tribunais pelo comando da companhia. Indicado pela Ternium, Leite havia sido eleito pelo Conselho de Administração em abril, com anuência de oito dos 11 conselheiros.

A Nippon entrou na Justiça para destituir Leite. Para o seu lugar foi reconduzido Rômel de Souza, que ocupava a presidência anteriormente. A Ternium recorreu, mas o processo está parado. Segundo fontes, a Nippon chegou a propor à Ternium um sistema de alternância, no qual cada sócio indicaria um executivo para a presidência a cada dois anos. A ítalo-argentina não aceitou.

— Pode até ser que a cisão da Usiminas ocorra no futuro, se não se chegar a um acordo. Mas essa não foi a motivação da compra da CSA. Seria pagar um preço muito alto para solucionar uma disputa — disse uma fonte ligada à Usiminas.

A principal motivação da aquisição da CSA é reduzir a dependência de placas de aço da Ternium, maior consumidora de placas do mundo, com compras anuais na

casa dos 3,5 milhões de toneladas. A CSA, sediada em Santa Cruz (Zona Oeste do Rio), tem capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de placas. Hoje, um dos principais fornecedores para as unidades latino-americanas da Ternium é a Rússia. Comprar do Brasil, que está mais perto dessas unidades, portanto, sai mais barato. A alemã ThyssenKrupp vendeu a CSA por € 1,5 bilhão, equivalentes a US$ 300 por tonelada de aço, nas contas do Itaú BBA, bem abaixo do investimento de US$ 1.600 por tonelada para construir a CSA.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Carlos Alberto Sardenberg

Título: O benefício do ajuste

Dizem nos meios políticos que o ajuste exigido dos governos estaduais é muito rigoroso. Pode ser, mas é rigoroso na medida do estrago feito pelas administrações atuais e anteriores

— o justo castigo pelo tamanho do crime contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, especialmente, crime contra o povo dos estados em crise, que deixa de receber os serviços pelos quais pagou e continua pagando.

Aliás, vários governos estaduais estão, sim, aumentando a carga tributária de maneira maliciosa. Por exemplo, o Rio de Janeiro inventou uma "Taxa de Fiscalização de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica". Podem chamar de imposto, devidamente repassado para a conta de luz. Mas é importante salientar o outro lado do ajuste: os benefícios que os estados receberão em troca. O projeto definido pelo governo federal diz que os governos estaduais que entrarem no programa de recuperação terão suas dívidas refinanciadas por mais 20 anos e ficarão 36 meses sem pagar qualquer prestação. E mais: terão direito a tomar novos empréstimos.

Em números: estima-se que o governo do Rio deixe de pagar R$ 20 bilhões nesses três anos de moratória. Minas "economizaria" R$ 15 bilhões e o Rio Grande do Sul, R$ 7 bilhões. No caso do Rio, o perdão na dívida e os novos financiamentos podem eliminar a metade do déficit previsto para este ano. O mesmo esquema vale para os demais estados em crise.

Uma excelente ajuda, mas, se vê logo, não resolve se não forem aplicados cortes de gastos e privatizações. Também dizem nos meios políticos que reduzir despesas e privatizar é impopular. Na verdade, é mais uma tese sempre alardeada por grupos à esquerda ou setores diretamente interessados. E uma tese que causa cada vez menos impacto na população, em consequência mesmo do desastre provocado pelas administrações Lula/Dilma. E pela corrupção.

Isso oferece um bom discurso para os líderes políticos efetivamente convencidos de que o ajuste fiscal é necessário. Por exemplo: cortar gastos e reduzir o tamanho do governo é uma forma de combater a corrupção. Vejam o caso das grandes estatais federais, Petrobras, Eletrobras, Correios, Banco do Brasil, Caixa. Todas essas instituições estão aplicando programas de demissão. Precisam cortar o excesso de pessoal — o inchaço criado para acomodar o pessoal amigo.

Outro ponto: em estatais menores, a oportunidade de roubo é também menor.

Sem falar na eficiência: os Correios conseguiram perder dinheiro mesmo tendo monopólio. A Petrobras inchou e não aumentou significativamente a produção. A Eletrobras foi quebrada pela ex-presidente Dilma em nome de uma política populista de reduzir tarifas quando o custo da energia estava em alta. Todas essas contas não são das empresas ou do governo. São do contribuinte, o pagador em última instância. Isso também é fácil de explicar.

Em São Paulo, João Doria se elegeu prefeito no primeiro turno prometendo, sim, privatizar "até cemitérios" — como tentavam ironizar seus adversários. Doria não precisou de muito para demonstrar seu ponto. Bastou sugerir um passeio em qualquer cemitério público e comparar com qualquer particular.

Tudo considerado, o ajuste rigoroso nos estados não é apenas necessário. É possível. E provável.

Primeiro, porque já foi feito uma vez, em 1997/98, exatamente do modo proposto para hoje: refinanciamento de dívidas, mais financiamento, em troca de corte de gastos, privatizações e aumentos nas alíquotas da Previdência.

Também na época se falava das dificuldades políticas. Foram vencidas.

Verdade que foram superadas menos por convencimento e mais por necessidade. Os governos estaduais estavam quebrados, sem capacidade de investir, atrasando pagamentos. Não tinha mais como adiar as reformas. Esse ambiente se repete hoje. Depois dos anos petistas, a coisa mais fácil no Brasil de hoje é demonstrar os efeitos danosos de um governo grandão, que gasta em excesso e oferece serviço de quinta.

E demonstrar, pelo outro lado, como as administrações estaduais funcionaram melhor depois do ajuste.

CUSTO DILMA

E por falar nisso, o aumento na tarifa de energia elétrica, já anunciado para os próximos oito anos, é herança direta da ex-presidente Dilma. Em 2017, a elevação média será de 7%, devendo passar dos 50% até 2024. Trata-se da segunda conta

pesada que vai para o consumidor. A primeira foi o tarifaço de mais de 50% aplicado em 2015.

Tudo somado e subtraído, um aumento de mais de 100% para corrigir os desequilíbrios provocados por aquela redução de 18% de 2013.

Uma proeza, não é mesmo?

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti e Rennan Setti

Título: PDG entra com pedido de recuperação judicial

Incorporadora tem 14 obras paradas. Deste total, seis ficam no Rio. Dívidas somam R$ 7,8 bi

Em um movimento recebido sem surpresa pelo mercado mas com espanto por consumidores, a PDG Realty pediu ontem recuperação judicial, que protege a companhia contra a execução por credores por um prazo enquanto ela tenta se reerguer. O pedido foi apresentado no fim da tarde, em caráter de urgência, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo. A dívida da construtora e incorporadora é de R$ 7,8 bilhões, segundo fontes, o que faria de sua recuperação judicial, caso aceita pela Justiça, uma das maiores já feitas no Brasil — atrás apenas das de Oi, Sete Brasil, OGX e OAS. Integram o pedido a PDG Securitizadora e mais de 500 sociedades com capital detido pela companhia. Essas são Sociedades de Propósito Específicos (SPE), cuja maioria, segundo especialistas, corresponde a empreendimentos da PDG.

Segundo fontes do setor, há 14 obras da PDG paradas hoje, seis delas no Rio. Entre elas, as do Gran Residencial Clube, no Cachambi, e Dom Condominium Club, na Zona Norte, e o centro empresarial The City, na Barra da Tijuca, Zona Oeste.

Nenhum porta-voz da PDG se pronunciou. Mas, em fato relevante, a companhia explicou que, apesar de ter tentado reestruturar o negócio e equalizar sua dívida, não foi possível chegar a acordos para conter as "sérias dificuldades na gestão e continuidade dos seus empreendimentos imobiliários, tais como o crescente número de distratos de unidades vendidas, queda nas vendas, interrupção de obras em andamento, acúmulo de dívidas condominiais, de IPTU e com fornecedores de produtos e serviços, e o grande volume de ações judiciais movidas por clientes, ex-clientes e funcionários de prestadores de serviço"^ diz o texto. (...)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe / Julio Wiziack / Nicola Pamplona

Título: Conteúdo local para petróleo sofre queda de 50%

O governo reduziu pela metade o índice de conteúdo local que será exigido nas próximas rodadas de leilões de óleo e gás, aliviando as regras que tinham sido definidas pela ex-presidente Dilma Rousseff e geraram multas bilionárias a empresas do setor.

Depois de meses de discussão entre vários grupos de trabalho ligados ao governo e à indústria, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou nesta quarta-feira (22) que o acordo fechado definiu seis índices e que, na média, eles sofreram uma redução de 50%.

Nas áreas terrestres de exploração, a cota obrigatória será de 50% de componentes nacionais. Para exploração no mar, 18%. Na construção de poços, 25%. Para sistemas de coleta e escoamento, 40%. Em unidades estacionárias de produção, a cota passa a 25%.

Os novos índices vão valer para os dois leilões do pré-sal previstos para setembro e novembro deste ano, mas ainda precisam passar pela aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que se reúne em março.

APOIO

As mudanças agradaram às petroleiras e receberam fortes críticas da indústria fornecedora de equipamentos.

"A indústria está se sentido vilipendiada, acha que não foi atendida", disse o presidente executivo da Abimaq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Máquinas e Equipamentos), José Velloso.

Segundo ele, os percentuais anunciados pelo governo podem ser cumpridos apenas com prestação de serviços, sem necessidade de contratar produtos fabricados no país.

"Nas últimas décadas, a indústria investiu US$ 60 bilhões em capacidade no Brasil, e agora vai fazer o que com isso? É um cavalo de pau."

Nesta quinta (23), representantes dos fabricantes se reunirão no Instituto Aço Brasil (IABr), no Rio, para redigir um manifesto contra as mudanças e planejar ações para tentar reverter o processo.

Para o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), que representa as petroleiras, a redução nos índices de conteúdo local ajudará a destravar investimentos.

O diretor do IBP Mauro Andrade disse que o novo modelo adequa as regras à capacidade de fornecimento da indústria nacional.

"Foi uma solução construída após bastante diálogo com vários setores", elogiou.

MULTAS

Como as regras de conteúdo local serão menos duras, também se decidiu pela redução das multas cobradas em casos de descumprimento.

Em vez de 60%, a multa cai para 40% do valor "em aberto". No entanto, se a multa não for paga em até dez dias, ela sobe para 75% do valor.

As multas aplicadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) com base na regra atual, que prejudica o cumprimento das cotas pela dificuldade de se encontrar fornecedores locais, gerou um passivo estimado entre R$ 60 bilhões e R$ 80 bilhões.

Segundo o ministro de Minas e Energia, as novas medidas devem atrair mais interessados para as duas próximas rodadas de leilões.

A expectativa inicial de arrecadação era de cerca de R$ 3,5 bilhões com os leilões, mas pode chegar a R$ 5 bilhões agora, segundo estimativas da equipe econômica.

"Com mais disputa, o preço pelos blocos deve aumentar", disse Fernando Coelho Filho.

"Há um consenso de que, com números mais realistas, vamos ter a oportunidade de dar novo dinamismo à indústria nacional."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tecnologia / ESPECIAL

Autor: Carolina Linhares

Título: Energia solar desce do telhado

Vislumbrando um futuro no qual a produção de energia solar não esteja restrita a painéis de silício em telhados, a Sunew, empresa com sede em Belo Horizonte, criou a maior fábrica de filmes fotovoltaicos do mundo.

O chamado OPV (Organic PhotoVoltaic) é a terceira geração de painéis solares, feitos a partir de uma tinta orgânica capaz de transformar a luz do sol em elétrons.

TECNOLOGIA NACIONAL
Inteligência artificial renova a rotina e busca soluções para as cidades
Obra do artista Herman Tacasey feita com placa-mãe e componentes de computador
'Big data' ajuda a gerenciar trânsito e dá pistas sobre políticas públicas
Babá da metrópole, rede detecta sons de tiros e acidentes e avisa a polícia
Sensores deixam ruas amigáveis para idosos e pessoas com deficiência
Software e sensores armam cidades contra prejuízo das enchentes
O produto final é semelhante a um filme fotográfico: fino, leve, flexível e semitransparente. Pode ser colado no teto de pontos de ônibus, carros, galpões metálicos, tendas de estacionamento e até no guarda-sol.

"Para a energia solar realmente fazer parte da nossa vida e estar em todos os lugares, ela precisa ser mais facilmente integrada. Não pode ser algo para ficar só no telhado das casas", diz Marcos Maciel, CEO da Sunew.

A empresa quer criar um mercado a partir da versatilidade do OPV em incorporar-se à arquitetura das cidades. Enquanto o metro quadrado do painel de silício pesa até 25 kg e exige uma estrutura para suportá-lo, o OPV tem meio quilo. Para carregar o celular, por exemplo, são necessários 30 cm² do filme.

Em março, na zona norte de São Paulo, um prédio comercial entra em operação com fachadas revestidas pelo OPV. São 100 m² de painéis, inclusive formando o logotipo da firma. Outras parcerias estão em andamento.

A Sunew é capaz de produzir 400 mil metros quadrados de OPV por ano, em diferentes cores e formatos. O preço do m² chega a R$ 1.000 -40% mais caro que o silício. "Com maior volume de produção, vai ser a tecnologia mais barata", afirma Maciel.

Segundo ele, o gasto de energia para a produção do OPV é um décimo do empregado na do painel do silício.

PESQUISA

A Sunew foi criada em novembro de 2015 para produzir e comercializar o OPV a partir de pesquisa realizada pela CSEM Brasil, um centro de inovação fundado em 2007 que, apesar da marca suíça (Centro Suíço de Eletrônica e Microtécnica), tem capital 100% brasileiro.

Os recursos vieram do governo de Minas, por meio da Fapemig, e do BNDES, além de investimentos privados como o fundo Fir Capital, Votorantim e Fiat.

O trunfo da Sunew foi conseguir um processo de impressão dos painéis mais avançado e mais barato, modificando máquinas e tintas importadas. O método é impressão rolo a rolo, semelhante à indústria têxtil.

Enquanto o rolo de plástico percorre a máquina de impressão, a tinta é despejada. Para funcionar bem, a substância precisa ser aplicada uniformemente e em uma espessura que é específica -mil vezes mais fina do que um fio de cabelo.

A tinta, no entanto, é só a terceira camada a ser impressa. São cinco no total, necessárias para melhorar o fluxo de elétrons. Por fim, o filme é revestido com plástico, que garante ao painel sua vida útil: cerca de três anos numa capa de celular e sem data de expiração na fachada -conserva o tempo que durar o vidro do revestimento.

R$ 100 mi foi o valor investido na pesquisa dos filmes fotovoltaicos, com retorno previsto para 2020

500 g é quanto pesa um metro quadrado do filme, contra 25 kg da placa tradicional

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo
Seção: Economia
Autor: Lu Aiko Otta
Título: Governo reduz em 50% exigência de conteúdo local

Oleo. Nas novas licitações que serão realizadas este ano, as petroleiras poderão comprar menos equipamentos de fornecedores brasileiros do que o exigido nas anteriores; para a indústria local, no entanto, essa é uma política de "exportação de empregos"

O governo reduziu em cerca de 50%, em média, a exigência de conteúdo local para contratação de equipamentos pela indústria de petróleo na exploração de novas áreas. A nova metodologia valerá para os leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP) previstos para setembro (14.® rodada) e novembro (3.® rodada do pré-sal).

A redução se deu por meio da mudança da forma de cálculo do conteúdo local nos equipamentos. Em vez de um complicado sistema com mais de 90 itens, que descia a detalhes como o tipo de tubo utilizado, a apuração agora será global. Nos campos de exploração em terra, ele será calculado nas duas etapas do processo

exploratório: exploração e desenvolvimento da produção. Nos dois casos, o conteúdo local será de 50%.

"Entendemos que, melhor que porcentual alto, inexequível, é um porcentual baixo que todos possam atingir", disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, ao anunciar a medida.

Para os campos em mar em profundidade superior a l00 metros, o índice exigido na exploração será de 18%. A etapa de desenvolvimento da produção terá quatro índices: 25% na construção do poço, 40% no sistema de coleta e 25% nas unidades estacionárias de produção (plataformas). No geral, esses números representam um corte de aproximadamente 50% em relação às exigências atuais, segundo Bezerra Filho, que creditou às exigências elevadas anteriores a grande quantidade de multas por descumprimento.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, informou que, ao contrário das rodadas passadas, o índice de conteúdo local não será mais critério de pontuação. "Nenhum país do mundo tem uma política de conteúdo local com mais de 90 itens controlado por notas fiscais", disse.

Disputa. A exigência de alto índice de conteúdo local nos equipamentos de petróleo era uma norma considerada imutável nos governos Lula e Dilma. A justificativa era fomentar a indústria nacional de petróleo. Mas as grandes petroleiras pediam essa mudança, argumentando que a exigência acabava tornando os equipamentos muito mais caros, e que a indústria nacional não tinha capacidade para a entrega de vários equipamentos necessários.

Por isso, as petroleiras comemoraram as mudanças. Em comunicado, o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) afirmou que as medidas vão "colaborar para destravar investimentos, gerar empregos e estimular maior competição da i4.a rodada de licitações de blocos". Para representantes da indústria local, porém, a mudança será desastrosa. "É uma política que vai exportar empregos", disse o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso.

Para atender a indústria nacional, o governo prometeu destinar recursos para a qualificação dos fornecedores da cadeia de petróleo, para que eles possam competir com os importados. Parte dos recursos de pesquisa e desenvolvimento, correspondente a 1% do faturamento das operadoras, será destinada a um programa com essa finalidade. "Não funciona", reagiu Velloso. Ele explicou que o problema do setor de máquinas não é tecnologia, e sim a concorrência desequilibrada que sofre em relação aos importados, que chegam ao País sem pagar impostos.

O governo estima arrecadar R$ 4,5 bilhões este ano com leilões de óleo e gás. Nessa conta não está a terceira rodada do pré-sal, prevista para novembro. As mudanças anunciadas ontem ainda terão de passar por uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para março.

Colaboraram: ANNA WARTH e FERNANDA NUNES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo
Seção: Economia
Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães
Título: Notas

Só em abril

Representantes de Ternium e Nippon Steel, sócias controladoras da Usiminas, se reuniram na semana passada com o intuito de avançar nas negociações para colocar um fim ao conflito societário na siderúrgica, que já dura mais de dois anos. Mais uma vez, contudo, não houve consenso e uma nova reunião foi agendada para o dia 27 de abril. A Ternium quer a adoção de uma cláusula de saída e Sérgio Leite, hoje vice-presidente Comercial da Usiminas, na presidência executiva. A Nippon, por sua vez, quer alternância de poder entre as duas empresas.

E agora?

Mais uma vez sem acordo e com a Ternium adquirindo a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que há tempos estava à venda, os holofotes se voltam para uma alternativa já aventada: a divisão da Usiminas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo
Seção: Economia
Autor: Karin Sato
Título: Afetada, Braskem tem prejuízo

Perdas chegaram a R$ 768 milhões no ano , passado, superando estimativas mais pessimistas do mercado.

A petroquímica Braskem registrou prejuízo líquido de R$ 2,6 bilhões no último trimestre do ano passado, ante lucro de R$ 35 milhões em igual período de 2015, de acordo com resultado consolidado não auditado da companhia. No ano, as perdas chegaram a R$ 768 milhões.

O desempenho da empresa foi afetado pela provisão de multa referente ao acordo de leniência firmado no final do ano passado com autoridades globais no âmbito da Lava Jato, no qual a Braskem se comprometeu a pagar US$ 957 milhões (R$ 3,1 bilhões). Em função do acordo, enquanto conclui as avaliações necessárias de processos e controles internos, a companhia decidiu postergar mais uma vez, para 29 de março, o arquivamento das demonstrações financeiras auditadas.

O prejuízo da petroquímica superou as estimativas mais pessimistas de analistas que haviam considerado o impacto do acordo relativo a pagamentos ilícitos. Segundo o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, analistas do Itaú BBA projetavam prejuízo líquido de R$ 2,261 bilhões, enquanto os do UBS esperavam perda de R$ 2,196 bilhões.

A petroquímica apurou uma receita líquida de R$ 11,9 bilhões no quarto trimestre, 1% menor na comparação anual. Já a geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (E-bitda) ajustado consolidado somou R$ 2,4 bilhões, queda de 10% ante o último trimestre de 2015.

Dividendos. Questionado sobre a distribuição de dividendos, em teleconferência com jornalistas, o vice-presidente de Finanças da Braskem, Pedro Freitas, disse que a lei obriga esse pagamento em caso de lucro. "Como tivemos prejuízo, não se aplica a este caso."

O presidente da petroquímica, Fernando Musa, disse que a empresa tem praticado uma distribuição de dividendos dentro do marco legal. Agora, a expectativa é de busca de uma "distribuição adequada e otimizada conforme os parâmetros de rigidez, considerando a preocupação com a alavancagem e os investimentos". /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás pode retomar venda de Suape

O Tribunal Regional Federal da 5.a Região proferiu uma decisão ontem que dá permissão para a Petrobrás prosseguir com a venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe). No fim de janeiro, em resposta a uma ação popular, a Justiça havia determinado a suspensão da negociação. A venda dos ativos faz parte do projeto de desinvestimento da petroleira para enfrentar a crise financeira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Sócios afastam Dantas do bloco de controle da Vale

Com novo acordo de acionistas, dono do Opportunity fica de fora da Valepar; empresário tem 0,02% da holding que controla a mineradora.

A renovação do acordo de acionistas da Valepar, holding que controla a Vale, acabou sendo também uma oportunidade para os fundos de pensão estatais, o BNDES-Par, a Mitsui e o Bradespar afastarem do bloco um sócio tão pequeno quanto incômodo. A Eletron, veículo por meio do qual Daniel Dantas detém hoje 0,02% da holding, ficou de fora do novo desenho. O acordo surgirá após a incorporação da Valepar, com validade até novembro de 2020, e vinculará 20% das ações ordinárias da mineradora detidas por seus principais acionistas.

A Eletron foi excluída da estrutura acionária pós-operação. Após o fim do acordo atual, em 9 de maio, Dantas passará a ser um acionista comum, sem ingerência sobre a gestão da empresa. A Eletron ficará com 0,01% em ações ordinárias, porém desvinculadas do acordo de acionistas.

A decisão de eliminar o quinto elemento do grupo de controle teria sido tomada em comum acordo entre a Litel - que reúne os fundos e é liderada pela Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil) - e os demais sócios. O Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, apurou que o dono do Opportunity não foi sequer comunicado das tratativas e da mudança de status da Eletron. Segundo fontes, os demais sócios da Valepar procuraram manter Daniel Dantas afastado do processo, mas pairava no ar o temor de que o empresário tomasse alguma medida que atrapalhasse as negociações. Procurado, o Opportunity não respondeu até o fechamento desta edição.

"Não existia obrigatoriedade de incluir a Eletron. Justamente por fazer muito barulho, era uma permanência indesejável. O tipo de gestão do Opportunity é muito particular, em busca de interesses próprios", disse uma fonte.

A Eletron já não participava assiduamente das reuniões prévias dos acionistas, realizadas antes das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração da Vale, com a finalidade de definir o voto dos acionistas da Valepar e de seus representantes no conselho. A harmonia entre os controladores é reconhecida, até na decisão de matérias em que o acordo exige quórum qualificado. O veículo de Dantas era um ponto fora da curva.

Disputa. A relação conturbada entre a Previ e Dantas é pública. A conhecida disputa pela Brasil Telecom, ocorrida nos anos 2000, depois chegou à Vale. Nesse caso, a briga envolveu a Bradespar, braço de participações do Bradesco. O banqueiro busca o direito de ampliar sua fatia acionária no capital da Valepar, alegando que teve sua participação diluída no aumento de capital de 2002.

O caso corria em arbitragem, mas após a vitória do Opportunity, em 2010, Vale e Bradespar recorreram à Justiça para barrar o avanço da Eletron. O argumento foi o fato de um dos três árbitros do processo, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Rezek, já ter advogado para o Opportunity. A Lei de Arbitragem impede de atuar como árbitros pessoas relacionadas às partes. A disputa segue no Superior Tribunal de Justiça (StJ).

Para evitar o "efeito Opportunity" nesta nova fase, o acordo transitório da Valepar traz uma cláusula exigindo que, para permanecer no acordo de acionistas, será preciso manter uma fatia mínima igual a 5% das ações.

Procurados, Previ, BNDES e Bradespar não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Fernando Taquari

Título: Conteúdo local não terá mais pedido de 'waiver'

O governo não aceitará mais pedidos de "waiver" das empresas que não conseguirem atingir as exigências de conteúdo local nos próximos leilões de petróleo e gás. A falta de regulamentação em torno da "anistia" para esse tipo de descumprimento vinha sendo objeto de pressão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Com o fim do "waiver" daqui em diante, e a mudança nos percentuais mínimos obrigatórios, o governo espera dar mais previsibilidade ao setor. "Isso diminui os custos de transação e aumenta as possibilidades de investimentos", disse o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida.

Além dessas alterações, Mansueto destacou que a proporção de conteúdo nacional não será mais levada em conta como critério de pontuação nos leilões. Esse sistema estimulava as petroleiras a inflar suas previsões de uso de bens e serviços nacionais para conseguir mais pontos e arrematar os blocos de sua preferência.

"Em quase todos os casos, as empresas prometiam conteúdo local muito alto e simplesmente não conseguiam cumprir", disse o secretário. Segundo ele, esse descumprimento sistemático gerou um estoque de multas estimado em R$ 60 bilhões a R$ 80 bilhões.

O fim dos pedidos de "waiver" não vale para esse passivo, que continuará sob análise do Pedefor, o programa que congrega diversos ministérios para discutir as regras de conteúdo local. "O importante era parar o crescimento do estoque", acrescentou o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Depois de um impasse que durou várias semanas, as novas regras de conteúdo local tiveram como base uma proposta conciliatória elaborada pelo Ministério de Minas e Energia, em conjunto com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Para o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Mdic, Igor Calvet, não se pode falar em derrota para a indústria nas discussões. Na avaliação dele, o ministério saiu fortalecido, diante da ameaça de eliminação completa das exigências de conteúdo local. "Não são índices que agradam a todos, mas as próprias operadoras [de petróleo] não vão ficar inteiramente satisfeitas", observou.

Ao longo das discussões, exemplificou Calvet, havia setores do governo defendendo de 10% a 15% de nacionalização nas plataformas marítimas. Prevaleceu um índice mínimo de 25%. Além disso, segundo o secretário, foi acertada uma redistribuição dos recursos de pesquisa e desenvolvimento no setor - 1% do faturamento bruto das petroleiras com a exploração - para apoio à cadeia de fornecedores.

As novas regras preveem que os blocos em terra ("onshore") vão ter dois índices globais, ambos com 50% de conteúdo local mínimo. Um valerá para a fase de exploração e outro para a etapa de desenvolvimento, mas eles serão verificados separadamente.

Em alto-mar ("offshore), o novo índice será de 18% para a fase de exploração. Depois, na etapa de desenvolvimento, haverá uma divisão das exigências: 25% para a construção de poços marítimos, 40% para os sistemas de coleta e escoamento, 25% para as unidades estacionárias de produção (plataformas). Esses números foram antecipados pelo Valor na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marta Watanabe, André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Indústria deve tentar mudanças para licitação de 2018

As novas regras de conteúdo local para os leilões de petróleo e gás foram criticadas ontem por representantes da indústria fornecedora de bens e de serviços de engenharia. Segundo eles, a mudança prejudica as empresas brasileiras. Representantes das indústrias de fornecedores de bens dizem que irão manter debate para mudar as regras para leilões a partir de 2018. As empresas de exploração e produção de petróleo e gás, porém, dizem que as novas regras representam importante simplificação e adequação à capacidade de fornecimento da indústria nacional.

As novas regras trazem "frustração" para a indústria fornecedora de bens para o setor, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele defende conteúdo local entre 60% e 75%. O maior nível de conteúdo anunciado ontem foi de 50%, para exploração de óleo e gás em áreas terrestres. Porta-voz do Movimento Produz Brasil, que reúne federações e sindicatos de trabalhadores que defendem as exigências de conteúdo local, Roriz destacou que os novos percentuais poderão ser alcançados praticamente com a encomenda de serviços no país e sem a necessidade de compra de máquinas e equipamentos.

O presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino, também criticou as novas regras. "Estamos assistindo a um retrocesso de 60 anos, que vai culminar na destruição das empresas instaladas no Brasil, de capital nacional e estrangeiro", disse Celestino, em nota. "Infelizmente, o Brasil opta por um modelo semelhante ao que existe na Nigéria, que não gera empregos, mas gera miséria social."

Segundo Roriz, a indústria deve manter o debate junto ao governo federal para rediscutir os níveis de conteúdo local para os leilões a partir de 2018. "Para a 14ª rodada não temos mais tempo, mas para os anos seguintes tentaremos fazer o governo entender o impacto de deixar de produzir no Brasil."

Ontem, porém, o governo anunciou que as novas regras valerão para os próximos leilões de petróleo e gás, não só para a 14 ª rodada. Para Claudia Rabello, ex-superintendente da ANP e sócia da consultoria OGE, o esclarecimento foi muito importante. "Caso contrário, as empresas teriam receio de assinar contratos com determinadas regras, sabendo que ainda haveria alterações significativas nos próximos leilões."

O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que representa os petroleiros, defende que as novas regras representam avanço. "A maior delas foi a simplificação. Eliminou-se uma tabela complexa de itens e subitens para trabalharmos com grandes macrossegmentos", disse o diretor do IBP, Mauro Andrade. Para ele, o fim da operação única da Petrobras no pré-sal e os novos percentuais do conteúdo local são "mudanças concretas" que aumentam a competitividade da 14ª rodada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: ANP prepara lista com sugestão de áreas do pré-sal

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) pretende propor ao Ministério de Minas e Energia, até a próxima semana, uma lista de sugestão de áreas do pré-sal para o leilão previsto para o final deste ano, informou o diretor-geral do órgão regulador, Décio Oddone. Segundo ele, a intenção é sugerir áreas de diferentes perfis exploratórios.

"A gente quer colocar no leilão áreas com diferentes perfis de risco: áreas com maior grau de conhecimento e também áreas com grau de risco maior, de forma a oferecer um leque variado para a indústria", disse Oddone ao Valor.

O diretor preferiu não comentar sobre as áreas avaliadas. A ANP, contudo, vem mapeando potenciais novas áreas há alguns anos e já manifestou anteriormente que dispõe de ao menos outras três áreas: Saturno, Pau Brasil e Peroba.

A ex-diretora da agência, Magda Chambriard, chegou a afirmar que Pau Brasil tem potencial para 8 bilhões de barris de petróleo "in situ" (total de óleo, ainda não aprovado, contido em um reservatório e não necessariamente recuperável). A ANP também aposta no potencial de Alto de Cabo Frio, região dentro do polígono do pré-sal.

Oddone afirmou também que a agência pretende se dedicar este ano em avaliar áreas para as rodadas de 2018 e 2019. Realizar as quatro rodadas previstas para 2017 e trabalhar para aprimorar os editais e contratos das licitações estão entre a lista de ações prioritárias da ANP para o ano, recém-lançada pela diretoria do órgão.

Segundo o diretor-geral, outra grande prioridade será avançar na regulação dos setores de gás natural e refino, em meio ao momento de redução gradual da Petrobras nesses dois segmentos.

"O dinamismo do setor na época [do fim do monopólio, no final da década de 1990] ficou restrito à exploração e produção. A Petrobras continuou dominando o setor de gás e refino. Mas este ano temos, simultaneamente, ações nos três segmentos principais: leilões na área de E&P e adequação das normativas aplicadas ao gás e downstream [refino e logística] para permitir entrada de novos atores", disse Oddone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: José Eli da Veiga

Título: Limonada inovadora

As desigualdades são melhor combatidas por sociedades que dão máxima prioridade à primeira infância, fase que começa na concepção e vai até ao menos os três anos de idade. Por isso, é assustador que no Brasil quase ninguém dê bola para a série de pesquisas "Advancing Early Childhood Development: from Science to Scale", disponibilizada pelo renomado periódico científico The Lancet: "http://www.thelancet.com/series/ECD2016" e "http://www.thelancet.com/series/ECD2016

Não surpreende que a direita brasileira ignore o assunto. Afinal, é justamente a indiferença às desigualdades sociais o que melhor define essa corrente política há mais de dois séculos. Mas é muito estranho que aqui o mesmo ocorra com esquerda e centro. (...)

Entretanto, para realmente poder tirar desse limão uma inovadora limonada, será preciso encarar a tragédia higiênica do país como oportunidade, ou até como um trunfo. Porque futuras estações de tratamento de esgotos poderão ser projetadas com um tripé de novas funções: obtenção de fertilizantes (com destaque para o fósforo); geração de bioenergias (biodiesel, biogás, bioeletricidade), e, claro, reuso da água tratada.

A obtenção de materiais fosfatados já é exemplar na Holanda, tanto mediante a coleta prévia de urina para reciclagem, como por remoção no tratamento terciário de esgoto. Isso porque por lá existe clareza sobre o caráter crucial do fósforo para a agricultura, e do consequente perigo de se depender dos raros países exportadores de rocha fosfática.

Já na geração de bioenergias via tratamento de esgoto, ainda não há país que possa ser apontado como benchmark. Mas a pesquisa tecnológica brasileira está bem menos atrasada no uso de algas para fins energéticos do que na obtenção de fertilizantes. Só que a viabilidade econômico-financeira desse cultivo exige, por enquanto, exploração integrada e sinérgica das produções de

biocombustíveis, de fertilizantes e de coprodutos de maior valor agregado, como os da linha "nutracêutica": carotenos, espirulina e astaxantina, por exemplo. Enquanto perdurar a desleal concorrência provocada por criminosos subsídios às energias fósseis, só com polivalentes biorefinarias poderá ser rentável a exploração de microalgas.

Por fim, há outra auspiciosa opção, ainda no âmbito energético: o aprimoramento já em curso das sensacionais "CCMs" (células de combustível microbianas), que permitem a produção direta de eletricidade, pois lidam com microrganismos capazes de oxidar matéria orgânica e transferir elétrons para um ânodo. Experimentos realizados com apoios do CNPq e da Fapesp indicam que essa inovação pode estar bem próxima de sua fase comercial.

José Eli da Veiga tornou-se professor sênior do IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico
Seção: Empresas
Autor:
Título: Destaques

TCU e Petrobras

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou a decisão sobre o programa de venda de ativos da Petrobras. Com isso, a estatal permanece impedida de vender uma série de ativos. Após um pedido de vista do ministro Bruno Dantas, o processo foi devolvido aos auditores e será avaliado pelo plenário no dia 8 de março. O programa de alienação está congelado desde dezembro, quando o ministro do TCU José Múcio concedeu a cautelar a pedido do corpo técnico. Múcio, no entanto, deixou de fora da decisão cinco ativos que já estavam em negociações avançadas, como os campos de petróleo de Baúna e Tartaruga Verde e a Companhia Petroquímica de Suape. Mesmos esses projetos, no entanto, não tiveram as vendas concluídas. Isso porque a Justiça acatou pedidos de liminar impetrados por sindicatos de petroleiros, que questionam o processo de alienação.

Vestas lidera eólicas

A dinamarquesa Vestas retomou no ano passado a liderança do ranking de fornecedores de turbinas eólicas no mundo. De acordo com levantamento feito pela Bloomberg New Energy Finance (BNEF), em 2016, a companhia entregou 8,7 gigawatts (GW) em aerogeradores, o equivalente a 16% de todos os equipamentos instalados no mundo no ano passado. Em 2015, a Vestas tinha

ficado em segundo lugar, atrás da chinesa Goldwind, que, no ano passado, caiu para o terceiro lugar, com um total entregue de 6,4 GW em turbinas, todas direcionadas para o mercado chinês. O segundo lugar no ranking de 2016 ficou com a americana GE, que subiu uma posição em relação ao ano anterior. No ano passado, a empresa forneceu 6,5 GW em aerogeradores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Celesc vai instalar painéis solares em mil residências

A Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) lançou segunda-feira um projeto de instalação de sistemas de geração de energia solar em mil residências do Estado. A iniciativa é inédita também no formato: a empresa prometeu arcar com 60% do custo da instalação do sistema, planejado para uma família de quatro a cinco pessoas com consumo alto de energia elétrica.

Na segunda-feira, às 10h, a distribuidora de energia de Santa Catarina abriu o cadastro para os interessados no "Projeto Bônus Eficiente Linha Fotovoltaica". A procura superou qualquer expectativa - foram mais de dez mil pessoas em três dias. A cota reservada para a Grande Florianópolis foi alcançada em 30 minutos.

Trata-se do maior projeto do gênero de geração de energia solar no Brasil. Neste modelo, os consumidores se tornam também produtores de energia elétrica. Alguns dos requisitos são o cliente ter 20 m2 livres no telhado para a instalação de painéis fotovoltaicos que serão importados da China, não ter sombra de árvores ou prédios e consumo mensal de pelo menos 350 kWh nos últimos 12 meses.

A iniciativa tem peso em um segmento que apenas inicia no país. Até segunda-feira havia somente 8.232 unidades com geração distribuída no Brasil - fotovoltaicas e conectadas à rede -, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Pela iniciativa da Celesc, os consumidores aprovados no cadastro terão um sistema fotovoltaico de 2,6 kWp. Pagarão por ele R$ 6.700, ou 40% de seu custo total, estimado em R$ 18 mil. Os painéis solares no telhado poderão significar uma economia de R$ 2 mil ao ano para o consumidor na conta de luz.

O sistema fotovoltaico gerará energia elétrica para consumo da família e o excedente irá à Celesc, gerando um crédito ao cliente.

"Este segmento está crescendo de forma significativa", disse ao Valor Cleverson Siewert, presidente da Celesc. "Ou tentamos incorporar este movimento ou vamos ficar para trás", continua. "Esta é uma tendência mundial."

Siewert diz que o preço da tecnologia está caindo e tornando a energia solar cada vez mais atraente. "O 'payback' já foi de 20 anos. Hoje, para uma geração média, está em oito anos. E neste projeto é de 3,5 anos", calcula. O presidente da Celesc diz que o projeto servirá, também, para um estudo de mercado. "Quem sabe, em curto período, podemos abrir uma empresa neste setor. "

A instalação do sistema, que deve ser feita ao longo deste ano, é da Engie Solar, subsidiária da Engie Brasil Energia (ex-Tractebel), maior geradora privada de energia elétrica do país e que pertence à Engie (por sua vez, ex-GDF Suez). A Engie Brasil opera uma capacidade instalada de 11.954 MW em 29 usinas no Brasil.

"O Brasil entrou um pouco tarde na microgeração solar em relação a outros países", reconhece Rodolfo Sousa Pinto, CEO da Engie Solar. "O que nos fez investir na tecnologia agora é porque não há muito mais espaço para grandes projetos de energia. Hidrelétricas só encontram espaço longe dos grandes centros e acabam enfrentando problemas ambientais e dificuldades com as linhas de distribuição."

Minas Gerais é o Estado que lidera a microgeração solar distribuída no Brasil. "Tem uma tarifa de energia muito alta, das mais caras do Brasil, e boa radiação solar", explica Sousa Pinto. São Paulo e Rio de Janeiro vêm em seguida. Santa Catarina, por enquanto, ocupa o quarto lugar.

"Agora Santa Catarina está na vanguarda desta tendência. Vamos quadruplicar o número de residências no Estado com esses sistemas e a potência total instalada passará dos atuais 2.878 kWp para 5.478 kWp", disse Siewert, em nota.

A legislação que regulamenta o setor é de 2012. Sousa Pinto acredita que vários motivos explicam porque a microgeração não decolou no Brasil até há pouco. Um dos motivos é financeiro - o consumidor deveria desembolsar perto de R$ 18 mil para bancar um telhado solar como o da iniciativa da Celesc. "E não há ainda bons produtos para financiar em cinco ou sete anos", diz.

Outro ponto é o entendimento sobre o sistema. "A pessoa deixa de ser consumidor de energia e passa a ser produtor". O mercado é novo e exige um processo de educação que leva um tempo. "Tem de explicar o que é, distinguir de aquecimento de água que é outro processo", diz ele.

A evolução do mercado, contudo, foi veloz em 2016. No começo do ano havia 2000 sistemas fotovoltaicos no país e em dezembro eram 8000. "A curva de expansão tem sido exponencial e deve seguir assim, com a Aneel prevendo que

até 2024 serão 1,2 milhão de unidades consumidoras gerando sua própria energia."

A Celesc está investindo R$ 11 milhões no projeto dos mil telhados, recursos que significam 20% do investimento previsto para este ano em eficiência energética.

VEÍCULO: Valor Econômico
Seção: Empresas
Autor: Camila Maia
Título: CPFL Brasil prevê crescimento de 50% em volume este ano

A CPFL Brasil, comercializadora de energia do grupo CPFL, deve registrar um crescimento da ordem de 50% no volume contratado de energia na comparação com 2016, como resultado da estratégia de migração de novos consumidores e ganhos de eficiência implementada pela empresa nos últimos dois anos.

Entre 2014 e 2016, a comercializadora alcançou uma expansão de 42% do volume de energia incentivada contratado com consumidores livres, ante uma média de crescimento de 35% do mercado em geral, disse, em entrevista ao Valor o presidente da CPFL Brasil, Daniel Marrocos. O executivo, que ocupava a presidência da CPFL Brasil de forma interina desde 2015, foi efetivado no cargo na terça-feira.

Nesse período, a expansão do volume de energia contratada no mercado livre de energia foi de 9%, refletindo a forte entrada de consumidores especiais - com consumo de 0,5 MW a 3 MW e obrigação de comprar energia incentivada -, apesar da queda no consumo dos grandes consumidores industriais. "Dado que falamos de um período que atravessa toda a crise macroeconômica, crescer 9% foi bom", disse Marrocos.

O volume de contratos da CPFL Brasil teve expansão de 16% no total, também acima da média do mercado em geral. "Como atuamos com um trabalho de contratação de médio a longo prazo, com contratos de três a cinco anos, construímos muitos negócios para o futuro", disse Marrocos.

Para ele, o movimento de migração de consumidores especiais, que ganhou muita força no ano passado, ainda tem espaço para continuar em 2017, embora não no mesmo ritmo.

"Temos uma visão de que chegamos em um ponto de equilíbrio. Em 2017, ainda há folga de lastro para atender o mercado. Mas, a partir de 2018, teremos equilíbrio entre oferta de energia incentivada no mercado livre com a demanda dos consumidores especiais", disse o executivo.

Uma solução de curto prazo para aumentar a oferta de energia incentivada no mercado livre seria a realização de um leilão pelas distribuidoras, que venderiam as sobras contratuais aos consumidores livres e comercializadoras. "Seria uma solução de curto prazo e resolveria a questão do balanço energético nos próximos anos", disse Marrocos. Segundo ele, uma análise feita pela CPFL Brasil viu como "factível" a transferência de 2.500 MW médios de energia incentivada do mercado cativo para o livre por meio desse leilão.

A solução estrutural para o problema, por sua vez, precisaria passar por uma mudança no modelo de contratação de novos projetos. "Hoje temos leilões no mercado regulado e o livre opera com o excedente da energia. Discutimos uma mudança nesse modelo", disse Marrocos.

Apesar dos desafios que o mercado livre de energia ainda tem pela frente, a visão do executivo é otimista sobre a discussão da maior abertura deste ambiente de contratação, com uma perspectiva "promissora para os negócios nos anos futuros".

A chinesa State Grid, que assumiu o controle do grupo CPFL no começo do ano, ficou "bastante impressionada" com o resultado histórico que a comercializadora já construiu. Segundo Marrocos, ainda que a comercialização não seja a expertise dos novos sócios, eles estão se aprofundando no assunto para entender onde usar a tecnologia disponível para melhorar questões como eficiência.

VEÍCULO: Valor Econômico
Seção: Empresas
Autor: Stella Fontes
Título: Braskem tem prejuízo de R$ 2,6 bilhões

O acordo de leniência firmado pela Braskem no Brasil, nos Estados Unidos e na Suíça provocou estragos no balanço financeiro da petroquímica controlada pela Odebrecht no quarto trimestre e no exercício de 2016. O efeito negativo ocorreu num momento de resultados operacionais recordes. Em um episódio incomum em seu histórico, a Braskem divulgou ontem demonstrações financeiras não auditadas e anunciou prejuízo líquido de R$ 2,55 bilhões no quarto trimestre, decorrente do reconhecimento da multa de R$ 3,1 bilhões acertada com autoridades.

A perda líquida, que no acumulado do ano foi de R$ 452 milhões considerando-se os números atribuíveis aos acionistas controladores, reflete uma provisão de R$ 2,85 bilhões para cobrir multas e indenizações. A petroquímica admitiu às autoridades a prática de irregularidades, incluindo o pagamento de propina para obtenção de vantagens em um contrato de fornecimento de nafta com a

Petrobras. Além da multa, a companhia concordou em se submeter a uma auditoria externa por três anos.

A Braskem informou ainda que identificou pagamentos ilícitos realizados a três empresas com sede no exterior, cujos nomes não podem ser revelados, no valor total de R$ 513 milhões, entre outubro de 2006 e dezembro de 2014. Esses pagamentos estão relacionados ao contrato de nafta assinado com a Petrobras em 2009, e encerrado em 2014, assim como à alterações da legislação fiscal tanto na esfera federal quanto estadual para obtenção de incentivos fiscais e monetização de créditos tributários.

De acordo com o presidente da empresa, Fernando Musa, o atraso da publicação das demonstrações financeiras auditadas de 2016 foi motivado justamente pelas negociações em torno do acordo global, assinado em 21 de dezembro. Antes dessa data, muitas informações não puderam ser repassadas aos auditores independentes - KPMG no Brasil e Price nos Estados Unidos -, o que afetou o cronograma.

A Braskem havia programado para o último dia 16 a divulgação do balanço anual e acabou postergando para ontem a publicação. Contudo, acabou informando uma prévia não auditada dos resultados. "Do ponto de vista dos resultados financeiros operacionais, temos o conforto de que os números estão muito perto de serem finalizados", explicou. "O desafio de cronograma está basicamente concentrado na segunda parte do processo de auditoria, que é a avaliação de controles internos".

Sem considerar o impacto negativo da provisão, a Braskem obteve resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R$ 2,39 bilhões no quarto trimestre, alta de 10% na comparação anual. Com o efeito negativo, porém, a petroquímica teve Ebitda negativo de R$ 525 milhões, comparável a R$ 261 milhões positivos um ano antes e R$ 3 bilhões no terceiro trimestre.

No ano, o Ebitda ajustado ficou em R$ 11,5 bilhões, alta de 23%, diante da melhora dos spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) de petroquímicos, do elevado nível de operação no país, nos Estados Unidos e na Alemanha e do início de operação do complexo petroquímico do México. A receita líquida da Braskem, por sua vez, alcançou R$ 11,9 bilhões no trimestre, queda de 1% na comparação anual, e R$ 47,7 bilhões no ano, com crescimento de 2%.

Segundo Musa, a companhia já começou a ver os primeiros sinais de recuperação nas vendas de resinas no mercado interno, especialmente nos últimos meses, e

trabalha com crescimento na faixa de 2% da demanda interna em 2017, "significativamente acima" da evolução esperada para o PIB.

"Ainda não é um desempenho forte diante da queda acumulada nos últimos anos", ponderou. No quarto trimestre, as vendas internas já mostraram reação e subiram 10% na comparação anual, para 824 mil toneladas. No acumulado de 2016, porém, houve queda de 0,7% ante 2015. "Foi um ano bem melhor do que esperávamos", lembrou, referindo-se à previsão de retração de 4% a 5% na demanda doméstica por resinas.

A Braskem prevê investir cerca de R$ 1,81 bilhão ao longo deste ano, dos quais R$ 179 milhões referentes a investimentos operacionais na operação internacional Cerca de R$ 1,54 bilhão serão direcionados para manutenção, produtividade e eficiência operacional, incluindo os gastos com a parada programada da central petroquímica de Duque de Caxias (RJ), prevista para o terceiro trimestre. No ano passado, os investimentos da petroquímica somaram R$ 2,975 bilhões, R$ 687 milhões abaixo do orçamento inicial. (Colaborou Juliana Machado)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro e Rodrigo Rocha

Título: Compra da CSA foi um bom negócio para a Ternium

A venda da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) pela Thyssenkrupp à ítalo-argentina Ternium, por € 1,5 bilhão, incluindo dívidas, foi um bom negócio para as duas companhias, na avaliação de especialistas. O mercado de capitais reagiu bem. Os papéis do grupo alemão, que abaterá parte de sua pesada dívida com o dinheiro que vai embolsar, tiveram alta superior a 4% na bolsa de Frankfurt. Já as ações da Ternium fecharam com alta acima de 10% em Nova York, refletindo a aquisição e o bom resultado de seu balanço em 2016.

De acordo com uma fonte do setor, a Ternium pagou € 300 por tonelada instalada da CSA, que inclui um porto e uma geradora de energia. Para se fazer uma instalação do zero (greenfield), gasta-se na faixa de US$ 1.500 por tonelada. "Para a Ternium, a compra da CSA faz todo o sentido", declarou um interlocutor.

A companhia, que tem operações na Argentina, Colômbia, México e EUA, sofre com um déficit superior a 3,5 milhões de toneladas de placas ao ano, adquiridas de terceiros, para suprir suas laminadoras de produtos finais. E a oferta nesse mercado vem se estreitando nos últimos tempos, elevando os preços da placa.

Estrategicamente, a ofensiva da Ternium, uma empresa em ótima situação financeira - alavancagem financeira de 0,6 vez, considerada a relação entre a dívida líquida e o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) - foi considerada muito acertada. "Era um ativo que estava aí, solto na praça, pois a Thyssenkrupp já havia demonstrado que não pretendia mais continuar com ele", disse.

"A CSA é o estado de arte, com tecnologia de última geração e operação de alto padrão. Com ela podemos aumentar a sofisticação dos produtos", afirmou Daniel Novegil, CEO da Ternium, em teleconferência com analistas, ontem. E acrescentou que a CSA não opera com sua capacidade máxima de produção, de 5 milhões de toneladas ao ano. "Desde o começo tentaremos levar a companhia ao máximo de sua capacidade."

A construção da CSA em Santa Cruz, distrito do Rio de Janeiro, aliada à unidade americana do Alabama - "projeto Steel Americas" - trouxe muita dor de cabeça para a Thyssen e perdas da ordem de € 8 bilhões, já descontados os € 3 bilhões com as vendas dos dois ativos. A siderúrgica começou a ser construída em 2005, entrou em operação em meados de 2010 (ainda à meia carga e com problemas de impactos ambientais) e somente se estabilizou operacionalmente em 2014.

Em mãos da Ternium, a previsão é que terá outro desempenho, disse ao Valor uma fonte com grande conhecimento do setor. Diz que se trata de um grupo com alta capacidade de gestão e que acredita que o atual ciclo ruim da siderurgia vai passar,. "O resultado será outro, bem diferente".

Novegil destacou ainda a integração das operações da Ternium com a CSA, elevando a colaboração entre unidades no Brasil, México e Argentina. "Há oportunidades para criar valor e rentabilidade", disse, lembrando que a aquisição não tem relação com a participação detida na Usiminas. "Apenas vimos uma boa oportunidade e fomos atrás dela", afirmou o CEO.

O executivo reiterou que a aquisição não muda a relação com a empresa mineira, cujo controle é dividido com a Nippon Steel &Sumitomo. "Nosso esforço é para deixar a Usiminas mais sadia e melhorar o desempenho". Para a Ternium, não há plano de uma cisão de Usiminas - unidade de Cubatão, na Baixada Santista - vinculada ao negócio da CSA e que vise sua saída do capital da Usiminas.

Procurada pelo Valor a assessoria informou que a Ternium não faria entrevistas sobre a aquisição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / ESPECIAL

Autor: Roberto Rockmann

Título: Quase 80% da geração eólica vêm da região

Com ventos contínuos e intensos e um dos melhores índices de irradiação do mundo, o Nordeste assistirá nos próximos anos ao reforço da energia eólica e solar, que deverão receber mais de R$ 20 bilhões em investimentos em diversos projetos. Em fevereiro, a capacidade de geração eólica no Brasil atingiu o recorde de 10,7 GW (7,1% da eletricidade do país), sendo que 8,3 GW (ou 77,5% do total) estão nos nove Estados da região.

Rio Grande do Norte, com 3,4 GW, Bahia, com 1,9 GW, e Ceará, com 1,8 GW, são os três Estados com mais usinas eólicas instaladas ou em teste no Brasil. A expansão será maior: existem pouco mais de 7 GW de capacidade em construção ou já contratados, sendo que 95% do total estão em projetos no Nordeste, com destaque para a Bahia com 3,5 GW, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeolica).

Nos últimos três verões, em que condições climáticas reduziram a capacidade dos reservatórios das hidrelétricas que atendem à região, as usinas eólicas responderam por mais de 30% da geração do Nordeste, com um fator de capacidade em alguns momentos superior a 60%, o dobro da média mundial. Segundo o Plano Decenal 2024, do governo federal, a capacidade instalada eólica brasileira chegará a 24 GW em 2024 respondendo por 11,4% da total. O NE terá 21,6 GW (90%).

O potencial atrai investidores. Um deles é a Enel Green Power, que está investindo cerca de US$ 2 bilhões na construção de quatro novos parques solares e três eólicos no país, que adicionarão cerca de 1.249 MW de capacidade instalada. São 442 MW de projetos em construção de energia eólica e 807 MW de energia solar. Serão aplicados US$ 980 milhões à construção dos quatro parques solares.

Três dessas plantas solares estão sendo construídas na Bahia e uma no Piauí, sendo que as quatros estão previstas para entrar em operação em 2017. A planta de Nova Olinda (292MW) no Piauí é a maior planta solar atualmente em construção na América Latina, seguida da planta de Ituverava (254 MW) na Bahia.

Os projetos foram arrematados em leilões de reserva em 2014 e 2015. "Hoje não há capacidade instalada dos fornecedores no Brasil para atender a toda essa potência instalada, uma parte dos parques é importada, mas estamos ajudando

empresas estrangeiras para que elas transfiram sua tecnologia ao Brasil", diz Carlos Zorzoli, presidente da Enel no Brasil.

Já as três plantas eólicas atualmente em execução pela Enel estão localizadas na Bahia. Em 2015, a empresa inaugurou, em Pernambuco, o primeiro parque híbrido do Brasil, que compreende um parque solar com 11 MW de capacidade instalada e uma planta eólica (80 MW). "Essa tecnologia híbrida reduz custos de conexão e existe complementariedade entre elas, já que a solar gera mais ao meio dia e a eólica à tarde. Mas para que existam novos projetos é preciso que haja regras dos leilões federais que permitam a criação desses produtos híbridos", diz Zorzoli. A usina híbrida em Pernambuco foi resultado de um leilão realizado pelo governo do Estado em 2013.

Joint venture entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%), a Força Eólica do Brasil (FEB) tem investido R$ 1,1 bilhão nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. No Rio Grande do Norte, a empresa aplicou recursos na construção de três parques eólicos, com 84 MW, na região da Serra de Santana. Esses empreendimentos têm sua energia comercializada no mercado cativo durante 20 anos, tendo iniciado o fornecimento de energia no primeiro dia deste ano.

No interior da Paraíba, o grupo está construindo 94,5 MW em três parques eólicos na Serra de Santa Luzia (Parque Eólico Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas), com expectativa de gerar 400 empregos no pico da obra (diretos e indiretos), iniciada no segundo semestre de 2016. Esses parques possuem compromisso de entrega de energia no mercado regulado por 20 anos, com entrega de energia a partir de janeiro de 2019. "Entretanto, o grupo tem expectativa de antecipação da operação comercial para outubro de 2017 e a energia será comercializada no ambiente livre", diz Laura Porto, diretora de operações.

A Força Eólica do Brasil tem 13 empreendimentos eólicos em operação comercial e 3 em construção. Em operação são 372 MW. A empresa também olha o desenvolvimento da energia solar, com projetos em carteira que estão em fase de desenvolvimento.

Em maio, com sete meses de antecedência em relação ao volume de energia comercializado no leilão A-3 realizado em 2014, a Casa dos Ventos inaugurou o complexo de Ventos de São Clemente, localizado na região do Agreste de Pernambuco e resultado de investimento de R$ 1,2 bilhão. Em 2015, a empresa tinha inaugurado o complexo de Santa Brígida, com 182 MW de potência instalada, também em Pernambuco. Neste primeiro semestre deve ser inaugurado o complexo de ventos na chapada do Araripe, na fronteira entre os Estados de Pernambuco e Piauí, com 360 MW de potência instalada, sendo que 126 MW estarão em território pernambucano.

MME / ASCOM .